

PLANO DE AÇÕES E SERVIÇOS - PAS
QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

Período: 01/01/2021 à 31/12/2021

**Secretaria do Trabalho,
Emprego, Renda e Esporte –
SETRE**

**Superintendência de
Desenvolvimento para o
Trabalho –SUDET**

Rui Costa

Governador

Davidson Magalhães

Secretário

Marcelo Gavião

Superintendente

1. DADOS BÁSICOS

i. ENTE RECEBEDOR

Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia – SETRE

ii. INÍCIO DE VIGÊNCIA

01 de janeiro de 2021

iii. FIM DE VIGÊNCIA

31 de dezembro de 2021

iv. FUNDO RECEBEDOR

Fundo Estadual do Trabalho do Estado da Bahia – FET/BA

v. ÓRGÃO REPASSADOR

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego –
SPPE Ministério da Economia

vi. PROGRAMA

Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores

vii. FUNDO REPASSADOR

Fundo de Amparo ao Trabalhador–FAT

2. DIAGNÓSTICO

Diante dos desafios que se apresentaram na década de 1990, e influenciadas pelo discurso da empregabilidade, surgem as políticas de qualificação profissional e o conjunto de políticas voltadas para a promoção de trabalho e renda, fundamentais para o combate da crise do mercado de trabalho. Em análises mais recentes, quando observamos o cenário econômico brasileiro, nos deparamos com um período recessivo entre 2015 e 2016, marcado por taxas negativas do Produto Interno Bruto, além da crise econômica que se instaurou a partir da pandemia de COVID-19 em 2020.

Este cenário mostra-se propício e evoca a presença do Estado através de políticas públicas que possam amparar a parcela mais vulnerável da população frente aos ciclos econômicos depressivos e de baixo desenvolvimento humano.

Sobre o 1º trimestre de 2021, as repercussões negativas da chamada segunda onda de Covid-19 sobre a atividade econômica brasileira parecem ter sido relativamente comedidas, a despeito da virulência sanitária mais recente ter sido maior do que a

enfrentada à época da primeira onda, com aumento das taxas de transmissão, de internações e de óbitos. O fato da existência de uma estrutura hospitalar e maior conhecimento do prognóstico da doença, além do início do processo de vacinação no país, explica esse fato.

No mercado de trabalho, a análise requer cautela adicional, pois há sinais contraditórios vindos de suas bases de dados. As informações provenientes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) vêm apontando cenários destoantes entre si. Até o momento, a despeito dos resultados revelados pelos dados oficiais do Caged via Secretaria Especial da Previdência e Trabalho, não há como atestar, de forma irrestrita, que o ritmo de qualquer recuperação do emprego e da renda (que possa estar sendo vislumbrado) esteja alicerçado em forças estruturais suficientes para se sustentar e, muito menos, para se expandir com vigor – pelo menos, não no curto prazo.

A conjuntura laboral baiana, examinada com base os dados do Caged e da PNADC, atestam a debilidade da conjuntura do mercado de trabalho no início deste ano e a desconfiança quanto a uma recuperação significativa num reduzido intervalo de tempo. Como exemplo, pode-se citar: recorde da taxa trimestral de desocupação; baixo nível de ocupação; reduzida taxa de participação; significativa população fora da força de trabalho; segundo menor número de empregados com carteira assinada da série; segunda maior taxa composta de subutilização da força de trabalho; grande contingente populacional de desalentados; e menor volume já registrado da massa de rendimento real de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas (com o rendimento médio de todos os trabalhos na Bahia tendo sido o terceiro mais baixo entre as unidades federativas).

Enfim, ainda que os impactos econômicos da segunda onda da Covid-19 estejam sendo menores do que os desencadeados pela primeira onda, não se pode fugir do entendimento de que as economias brasileira e baiana ainda enfrentarão uma conjuntura bastante desfavorável, marcada por dificuldades em algumas atividades produtivas e no emprego. Mesmo que o país não seja atingido por uma nova onda de contágio e morte por conta da nova variante do coronavírus e que o programa de imunização avance significativamente, é preciso compreender que o progresso econômico e a retomada do emprego e da renda não se darão de forma ampla, disseminada e veloz.

Segundo dados recentemente divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o nível de atividade econômica do estado no primeiro trimestre de 2021, em matéria de Produto Interno Bruto (PIB), sofreu uma contração de 0,5% no confronto com o mesmo período do ano anterior. Quarta queda seguida nessa base de comparação reforça a percepção da dificuldade que a economia baiana enfrenta para se restabelecer. Entretanto, em comparação ao trimestre imediatamente antecedente, houve uma expansão de 1,0%, terceiro seguido nesse comparativo.

Apesar do passo-a-passo de uma recuperação, a performance não tem sido outra senão a da morosidade. O primeiro trimestre evidenciou um novo agravamento da crise, que teve seu epicentro nos meses do segundo trimestre de 2020. Apesar de não generalizado e da heterogeneidade entre os setores, o recuo observado voltou a retratar

uma conjuntura delicada e preocupante. Neste contexto, apenas a atividade agropecuária parece não ter repercutido os efeitos desse novo colapso, pois caminha para uma produção física de grãos semelhante a do ano passado, recorde da série.

Por outro lado, a indústria passou a ser motivo de preocupação ao se revelar como a atividade de maior debilidade no comparativo anual. Sem espanto, o setor de serviços continuou expondo grande fragilidade. Já o comércio surpreendeu negativamente, após quatro crescimentos seguidos no volume de vendas emendou, neste ano, a terceira queda interanual consecutiva. O empresariado baiano, por sua vez, voltou a indicar enfraquecimento da esperança de restabelecimento em médio prazo, visto que o indicador de confiança, após relativo progresso e menor grau de pessimismo do que outrora, passou a sinalizar recrudescimento da incerteza e do pessimismo ao longo do trimestre mais recente.

De acordo com o CAGED, no primeiro trimestre de 2021, o saldo de empregos com carteira assinada foi positivo, indicando uma geração líquida de 42.718 postos. A dinâmica com mais admissões que desligamentos foi apurada em cada um dos meses do referido intervalo. O mês de fevereiro foi o de maior saldo, com 18.503 novas vagas – revelando-se, também, o melhor resultado mensal desde o verificado em maio de 2010 (+19.682 postos). Os meses de janeiro e março testemunharam excedentes menos destacados, com surgimento de 14.395 e 9.820 novos postos, respectivamente – mantendo, no entanto, um nível de geração considerável ao longo do trimestre. Além do mais, em termos de saldo, vale destacar que cada um desses três meses evidenciou um desempenho muito superior ao do mês correspondente do ano anterior. O saldo de empregos com registro em carteira também foi positivo para o país como um todo no primeiro trimestre de 2021, com 837.074 postos a mais.

No ranking nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com acréscimo de 42.718 oportunidades ocupacionais, ficou na sexta posição, duas colocações acima da verificada no trimestre anterior. Entre os estados nordestinos, a Bahia ficou com o melhor desempenho, enquanto Alagoas (-9.534 postos) exibiu o menor saldo regional no período.

O Estado da Bahia conta com a existência de polos econômicos que concentram o desenvolvimento de setores em algumas cidades, tornando-as referência para toda uma região. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, o Produto Interno Bruto baiano foi de R\$ 303,3 bilhões em 2020. Em valores correntes, a economia baiana fechou 2020 com o PIB totalizando R\$ 303,3 bilhões, sendo R\$ 266,2 bilhões do Valor Adicionado (VA) – o que representa quase 88% do PIB - e R\$ 37,1 bilhões dos Impostos. A Agropecuária teve um Valor Adicionado de R\$ 25,8 bilhões, a Indústria R\$ 58,9 bilhões e os Serviços R\$ 181,5 bilhões.

Principais dificuldades enfrentadas para promover a (re)colocação de trabalhadores relacionados a deficiências na qualificação profissional.

Diante do contexto do mercado de trabalho e suas constantes mudanças, sejam tecnológicas e/ou organizacionais, a execução da Política Pública de Qualificação

Profissional identifica como principais dificuldades que podem impactar na (re)colocação de trabalhadores na Bahia:

- Baixa qualificação dos trabalhadores na educação básica. Muitas empresas reclamam da falta de conhecimento básico em português, matemática, informática, relacionamento interpessoal e oratória, o que impacta diretamente no desempenho do candidato no processo seletivo, resultando na sua reprovação.
- Efeitos da pandemia do COVID-19 para a economia, com o aumento do desemprego e recessão econômica, assim como a execução da política pública de emprego através dos serviços prestados pelo SineBahia, com a redução da oferta de vagas de emprego.
- Exigência de experiências anteriores, de cursos de formação e aperfeiçoamento nas vagas abertas pelos empregadores, o que dificulta a inserção de jovens e trabalhadores com dificuldades econômicas para viabilizar sua qualificação.

Todos esses fatores representam entraves para a (re)colocação no mercado de trabalho, que acaba sendo excludente com pessoas sem experiência laboral e/ou qualificação adequada. Outra demanda é para aqueles que desejam atuar em um novo segmento e necessitam de formação adequada para que a sua inserção seja viabilizada.

Visando minimizar os efeitos negativos gerados por essas dificuldades apontadas acima, este Plano de Ações e Serviços prevê as seguintes ações saneadoras:

- Trabalhar os conteúdos da educação básica nas ações de qualificação profissional, tentando assim minimizar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores nos processos seletivos.
- Tomar todos os cuidados sanitários necessários ao início das aulas presenciais, sob orientação dos órgãos competentes de saúde e as diretrizes dadas pelos órgãos de educação estadual e de cada município contemplado.
- Promover cursos de rápida aderência ao mercado formal e autônomo, como medida imediata de recuperação da renda.

Será realizada uma triagem no momento da inscrição nos postos do SineBahia, através de um formulário em que serão identificados os trabalhadores que solicitaram seguro-desemprego a pouco tempo e trabalhadores com experiência anterior similar ao curso ofertado, visando assim, sua requalificação e atualização. Além desses, serão inscritos trabalhadores que encontram maior dificuldade na sua inserção (jovens sem experiências e trabalhadores sem qualificação ou que deseja mudar sua área de atuação). Desta forma a empregabilidade será ampliada, auxiliando em sua rápida absorção pelo mercado nas mais diversas modalidades.

Todas essas medidas possibilitarão que as ações de qualificação profissional produzam resultados positivos e resultem em maiores benefícios entregues a sociedade. Com o objetivo de obter maior aproveitamento na (re)alocação de trabalhadores qualificados, no desenvolvimento econômico local e na vocação produtiva de cada região, foi considerado o alinhamento entre a identificação de demandas locais e o impulsionamento ao empreendedorismo com as ofertas dos cursos.

3. OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS

Aumentar a participação do SineBahia no total de admissões no mercado de trabalho formal por meio da promoção de ações de qualificação social e profissional em alinhamento com as demandas do setor produtivo apuradas por meio de solicitações diretas na plataforma SuperTec ou demandas do setor produtivo apuradas por meio de análise ocupacional.

Este Plano de Ações e Serviços compreende dois blocos de ações voltadas para qualificação profissional. O Bloco1, financiado com recursos do exercício financeiro de 2020, trata das Emendas Parlamentares nº13310016 e 39060002, o que compreende o montante financeiro de R\$ 459.183,67 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, cento e oitenta três reais e sessenta e sete centavos), sendo R\$ 450 mil em recursos do FAT , e R\$ 9.183,67 (nove mil cento e oitenta e três reais e sessenta e setecentavos) em contrapartida do Estado, com expectativa de qualificar 360 trabalhadores. Cada educando terá um custo de R\$ 1.224,00 (um mil duzentos e vinte e quatro reais), com valor hora/aula de R\$ 10,20 (dez reais e vinte centavos).

O Bloco 2, contempla as demandas através dos levantamentos realizados na Plataforma SUPERTEC que visa integrar as demandas de formação e tecnológica do Brasil (Ministério da Economia), CAGED, IBGE, Observatório do Trabalho da Bahia, Base de Gestão do Seguro Desemprego - BGSD, Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra - BGIMO, Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, PNAD, Perfil dos Territórios de Identidade elaborado pela SEI, relatórios do Serviço de Intermediação de Mão de Obra do Estado da Bahia - SineBahia, além das demandas espontâneas da sociedade.

Este eixo será financiado com recursos no montante de R\$ 20.059.170,74 (vinte milhões, cinquenta e nove mil, cento e setenta reais e setenta e quatro centavos), sendo oriundos do exercício financeiro de 2020 e 2021.

Relativo ao ano de 2020 o montante será de R\$ 17.170.827,22 (dezessete milhões, cento e setenta mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte e dois centavos), com R\$15.520.017,53 (quinze milhões, quinhentos e vinte mil, dezessete reais e cinquenta e três centavos) em recursos do FAT, e R\$ 1.650.809,69 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e nove reais e sessenta e nove centavos) em contrapartida do Estado.

Para o exercício financeiro de 2021 teremos R\$ 2.888.343,21 (dois milhões oitocentos e oitenta e oito mil trezentos e quarenta e três reais e vinte e um centavos), sendo R\$ 1.237.533,52 (um milhão duzentos e trinta e sete mil quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos) em recursos do FAT, e R\$ 1.650.810,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e dez reais) em contrapartida do Estado.

Diante desse montante de recursos, será possível a qualificação de 16.400 trabalhadores, nos cursos discriminados no quadro abaixo. Cada educando terá um custo de R\$ 1.224,00 (um mil, duzentos e vinte e quatro reais), com valor hora/aula de R\$ 10,20 (dez reais e vinte centavos), totalizando 820 turmas.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

De acordo com a Resolução Nº 905 de 26 de Maio de 2021, os recursos destinados ao bloco Qualificação poderão ser utilizados em até dois exercícios financeiros. Neste sentido, serão repactuados os recursos programados em 2020, além daqueles orçados para o ano de 2021. Salientamos que, diante o atraso no repasse dos recursos relativos ao orçamento de 2020, esta SETRE sinaliza preocupação com a norma, ratificada recentemente na Resolução CODEFAT nº 905 de 26 de maio de 2021, que regulamenta em seu artigo 1º, § 4º que: ***“Os recursos da União destinados ao bloco Qualificação serão utilizados, em até dois exercícios, para ampliação dos serviços próprios de qualificação profissional providos pelos entes parceiros e deverão, como condição para sua aplicação, estar previstos nos respectivos planos de ações e serviços”***.

Em vista da indisponibilidade de recursos financeiros, limitados pelo Decreto nº 10.699 de 14 de maio de 2021, houve o repasse parcial do recurso destinado ao Programa Qualificação Social e Profissional, em 22 de julho de 2021, no montante de R\$ 8.520.017,53, restando ainda 7 milhões à serem depositados no FET/Ba. Também se encontra pendente o repasse de recursos relativos ao Programa Qualificação Social e Profissional – Emenda Parlamentar.

Diante deste cenário, apresenta-se o cronograma abaixo.

ATIVIDADES	MÊS/ANO
Elaboração do Termo de Referência, Edital de Chamamento Público e Submissão à PGE	Agosto/2021
Divulgação do Edital de Chamamento Público	Setembro/2021
Avaliação das propostas, incluindo a divulgação do resultado preliminar	Outubro/2021
Apresentação de recursos contra o resultado preliminar, avaliação dos recursos contra o resultado preliminar e resultado preliminar após avaliação dos recursos	Outubro/2021
Análise do cumprimento dos requisitos, dos impedimentos legais e do Plano de Trabalho, bem como homologação do resultado	Outubro /2021
Celebração do Termo de Colaboração	Novembro/2021
Execução dos Cursos	Dezembro/2021
Prestação de Contas	Dezembro/2021

Assim, este Plano de Ações e Serviços tem como meta de resultado a oferta de 100.560 horas de qualificação profissional, com 100% de correspondência a demandas identificadas do setor produtivo e apuradas por meio de mapeamento dos principais setores econômicos, ocupações e número de admissões e demissões.

Serão garantidos aos educandos, por meio da contratação de instituição executora, o auxílio transporte e lanche, material didático, duas camisas e EPI's para os cursos que demandem esses equipamentos, conforme Resolução CODEFAT N° 907/2021, e suas alterações, e a Norma de Execução SPPE/SEPEC/ME N°113/2019. Além disso, estão previstas as despesas com contratação de instrutores, equipe administrativa, coordenador geral, insumos para aulas práticas e despesas administrativas.

A meta mencionada servirá como referência para o monitoramento do desempenho na execução do Plano de Ações e Serviços – PAS do Sistema Nacional de Emprego – SINE e o seu cumprimento impactará nos montantes a serem transferidos pela União no exercício subsequente. Diante disso, atingir a meta será de suma importância para ampliar o repasse de recursos para financiamento de futuras ações de qualificação profissional no Estado da Bahia.

Visando alcançar o objetivo geral definido neste Plano de Ação, bem como promover a oferta de cursos com qualidade e maior potencial de (re) colocação de trabalhadores no mercado de trabalho, será descrito abaixo um conjunto de medidas que viabilizarão as ações de qualificação profissional.

a) Observação das demandas do setor produtivo

A definição dos cursos teve como parâmetro o levantamento de informações através de pesquisas na Plataforma SUPERTEC que visa integrar as demandas de formação e tecnológica do Brasil (Ministério da Economia), Observatório do Trabalho, CAGED, IBGE, Base de Gestão do Seguro Desemprego - BGSD, Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra - BGIMO, Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, PNAD e Perfil dos Territórios de Identidade elaborado pela SEI.

Foram considerados no cenário econômico, as ocupações mais demandadas nas regiões, o levantamento de potenciais empregadores localizados nos municípios e territórios escolhidos para absorverem a mão de obra qualificada, do incentivo ao desenvolvimento do empreendedorismo, além dos cursos voltados ao segmento de tecnologia e inovação buscando atingir as ocupações que possuem a tecnologia como base.

b) Seleção e contratação de instituição para execução dos cursos

Para execução das ações de qualificação profissional propostas neste Plano de Ações e Serviços, será aberto pela SETRE um Edital de Chamamento Público para contratação de Organizações da Sociedade Civil - OSC interessadas em executar cursos de qualificação profissional na modalidade presencial. O objeto da parceria será a execução das ações de qualificação profissional a trabalhadores desempregados ou sob risco de desemprego em todos os territórios baiano.

As OSCs interessadas deverão elaborar uma proposta de trabalho de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência que comporá o Edital de Chamamento Público, utilizando o modelo disponibilizado. As propostas apresentadas serão analisadas por uma Comissão de Seleção através dos critérios estabelecidos e disponibilizados no edital, esses critérios serão de caráter eliminatório e classificatório.

A Comissão de Seleção elaborará relatório sucinto e fundamentado do seu trabalho, procedendo à respectiva classificação em ordem decrescente. Após o julgamento das propostas a SETRE poderá dar prosseguimento ao processo de seleção, com a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção em seu sítio oficial na internet, indicando prazo para recurso, e depois do julgamento dos mesmos, a SETRE divulgará as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

É importante salientar, que a Comissão de Seleção poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho afim de adequá-lo à proposta e aos termos e condições do Edital.

c) Estratégias para convocação do trabalhador

As inscrições serão realizadas nas unidades SineBahia, contando com o suporte de associações, sindicatos e outras instituições de apoio a trabalhadores, além da divulgação na mídia local. Para aquelas cidades que não possuam posto do SineBahia, parceiros locais serão contatados para realizarem as inscrições. A convocação se dará por meio de contato telefônico com os candidatos às vagas de acordo sua ordem de inscrição. Serão inscritos candidatos para um cadastro reserva, visando a substituição de trabalhadores desistentes.

d) Metodologia de triagem de público para as ações formativas

Obedecendo as orientações disponíveis na Resolução CODEFAT Nº 783/2017, e suas alterações, e na Norma de Execução Nº 113/2019, serão direcionados prioritariamente para participarem dos cursos de qualificação profissional, os seguintes públicos: Beneficiários do seguro-desemprego; Trabalhadores desempregados cadastrados no banco de dados do SineBahia; Trabalhadores empregados e desempregados afetados por processo de modernização tecnológica, choques comerciais e/ou outras formas de reestruturação econômica produtiva; Beneficiários de política de inclusão social e de políticas de integração e desenvolvimento regional e local; Internos e egressos do sistema prisional e de medidas socioeducativas; Trabalhadores resgatados de regime de trabalho forçado ou reduzido à condição análoga à de escravo; Familiares de egressos do trabalho infantil; Trabalhadores de setores considerados estratégicos da economia, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de trabalho, emprego e renda; Trabalhadores cooperativados, em condição associativa ou autogestionada, e empreendedores individuais; Trabalhadores rurais; Pescadores artesanais; Aprendizizes; Estagiários; Pessoas com deficiência e Idosos.

e) Monitoramento e avaliação do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda – CETER

Visando possibilitar o monitoramento e acompanhamento do CETER, na oportunidade do processo de inscrição dos candidatos, será encaminhado documento com a indicação dos cursos, locais onde serão executadas as aulas, período de inscrição, quantidade de vagas, municípios que abrigarão os cursos, postos do SineBahia que realizarão as inscrições, quais os meios de divulgação utilizados no local, e ao final do processo de inscrição um levantamento do perfil dos trabalhadores inscritos, levando em consideração dados como sexo, idade, gênero, raça e escolaridade, além da quantidade

de inscritos enturmados. Vale salientar que durante a execução o Conselho poderá realizar qualquer incursão visando a realização do monitoramento.

A cada bimestre, quando do início da execução das ações de qualificação, será entregue ao Conselho Estadual Tripartite e Paritário de Trabalho e Renda - CETER/Ba, para análise em suas reuniões ordinárias, relatório técnico com informações referente a execução física e financeira do Plano de Ações e Serviços aqui proposto.

Ao final da realização das aulas será encaminhado Relatório Final de Execução, com percentual de evasão, ações adotadas para sanear dificuldades encontradas, grau de satisfação dos educandos, percentual de aproveitamento e (re) colocação no mercado de trabalho, bem como o valor executado por elemento de despesa e saldo existente alocado ao FET.

Após a execução do curso de qualificação, o educando será monitorado por 3 meses para acompanhamento de sua inserção no mercado de trabalho, mas mais diversas formas de inserção produtiva, visando avaliar a assertividade dessas ações e o impacto direto na vida do trabalhador.

Na finalização de cada exercício financeiro, que culminará com o encerramento do PAS, será elaborado um Relatório de Gestão Anual que comprove a execução das ações do Módulo de Qualificação Social e Profissional, quanto à utilização dos recursos federais descentralizados para o FET/Ba.

f) Parcerias com empregadores visando à colocação de vagas e a contratação de trabalhadores por meio do SineBahia

Em decorrência do mapeamento de vagas executado pela rede SineBahia, será realizado o cadastro ou atualização do mesmo, para os educandos concluintes dos cursos ofertados no âmbito do Qualifica Brasil. Eles serão encaminhados, de acordo o perfil solicitado pelo contratante, visando facilitar o acesso dos concluintes à processos seletivos e consequente contratação.

Riscos do PAS e Medidas de Minimização

É possível identificar alguns riscos para que não se atinja os objetivos e os resultados esperados do Plano de Ações e Serviços referente às ações de Qualificação Profissional:

a. Riscos Operacionais

Os principais riscos operacionais que podem comprometer a execução deste PAS seguem abaixo elencados, com as respectivas atividades e medidas a serem adotadas para minimização de seus efeitos.

A falta ou a pequena oferta de instituições capacitadas para execução dos cursos nas cadeias produtivas e alcance nas localidades especificadas neste Plano de Ação é um dos entraves que interfere diretamente na implementação das turmas e na qualidade do conteúdo programático dos cursos. Uma medida para minimizá-lo foi a solicitação ao Ente Repassador, através do Ofício GASEC nº 024/2021 para inclusão do elemento de despesas 33.50.41 (Contribuições) que possibilitaria a contratação de OSC's.

Além deste, sinalizamos o risco de evasões dos educandos pelas mais diversas razões: falta de motivação, alterações no cronograma das aulas que prorrogam o prazo de conclusão do curso, déficit educacional que atrapalha sua evolução e aprendizado, abandono por necessidade de ingresso no mercado de trabalho.

b. Risco de Imagem

Na perspectiva de apresentar situações que podem trazer algum dano as ações de qualificação profissional ocasionando o comprometimento no vínculo confiança dos parceiros, clientes e/ou fornecedores, além da imagem do serviço, relacionamos os seguintes casos:

- A divulgação de falsas informações (Fake News) em relação ao quantitativo e nomenclatura dos cursos nas redes sociais ou na mídia podem gerar uma grande procura de trabalhadores para inscrição nos cursos, e consequentemente, insatisfação daquele trabalhador que não conseguir garantir sua inscrição ou não ter interesse nos ofertados, justamente por não entender que se tratou de uma notícia falsa;
- Disseminação de falsos áudios ou e-mail com cobrança de valores monetários para participação nos cursos.

Para minimização dos efeitos dos riscos de reputação/imagem, contamos com a Assessoria de Comunicação do SineBahia que faz o controle e busca pelas notícias relativas as nossas políticas, realizando de forma oficial a divulgação de vagas dos cursos e mantendo contato direto com os principais veículos de comunicação.

c. Riscos Legais

Eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades de qualificação profissional. Para amenizar tais situações a medida a ser adotada é à adequação aos procedimentos determinados na prestação do serviço.

d. Financeiros / Orçamentários

Com a modalidade Fundo a Fundo, poderemos enfrentar dificuldades na realização do processo de contratação das OSC's, devido aos trâmites burocráticos, as possibilidades de desistência por parte das instituições, o que demandaria uma nova convocação e seleção, ocasionando maior tempo até a contratação. Além disso, o atraso no repasse dos recursos federais, que tem ocorrido em relação aos recursos do exercício de 2020, e a falta de normas que facilitem a execução financeira daquele recurso que já se encontra depositado no FET.

Na busca por evitar essas situações, estamos buscando junto ao Ente Repassador a determinação de normas que facilitem a execução financeira, quando do encerramento de um exercício financeiro, além do rateiro do processo licitatório em razão dos recursos já disponíveis em conta para viabilizar a execução parcial deste PAS na medida em que ocorrerem os repasses financeiros.

Aplicação de Recursos

Emenda Parlamentar: R\$ 450.000,00

Específico: R\$ 16.757.551,05

Voluntário: R\$ 0,00

Valor Total de Repasse: R\$ 17.207.551,05

Recursos Próprios: R\$ 3.310.803,36

Outros: R\$ 0,00

Valor Total do Plano de Ação: R\$ 20.518.354,41

4. METAS

i. Valor Total do Plano de Ação

R\$ 20.518.354,41 (vinte milhões, quinhentos e dezoito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos)

ii. Valor Disponível

R\$ 20.518.354,41 (vinte milhões, quinhentos e dezoito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos)

iii. Nome da Meta

Promover a qualificação profissional de 16.760 trabalhadores pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE)

iv. Descrição da Meta

Promover ações de qualificação social e profissional em alinhamento com as demandas do setor produtivo apuradas por meio de mapeamento dos principais setores econômicos, ocupações e números de admissões e demissões.

v. Meta

Promover a qualificação profissional de 16.760 trabalhadores pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE)

vi. Nome da Ação

Ofertar 16.760 vagas em cursos de qualificação profissional pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE)

vii. Descrição da Ação

Promover a qualificação profissional de 16.760 vagas em alinhamento com as demandas do setor produtivo apuradas por meio de mapeamento dos principais setores econômicos, ocupações e números de admissões e demissões.

viii. Valor da Ação

R\$ 20.518.354,41 (vinte milhões, quinhentos e dezoito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos)

ix. Lista de Metas de Plano de Ação Cadastradas

Nº	NOME	DESCRIÇÃO	VALOR(R\$)
Meta 1	Ofertar 16.760 vagas em cursos de qualificação profissional pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE)	Promover a qualificação profissional de 16.760 vagas em alinhamento com as demandas do setor produtivo apuradas por meio de mapeamento dos principais setores econômicos, ocupações e números de admissões e demissões.	R\$ 20.518.354,41
Total de Recursos Aplicados:		R\$ 20. 518.354,41	

5. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Itens de Despesa

CÓDIGO	NATUREZA DE DESPESA	TIPO DE DESPESA	VALOR FAT	VALOR CONTRAPARTIDA	TOTAL GERAL
3.3.90.14	Diárias - Pessoa Civil	Custeio	-	R\$ 4.114,41	R\$ 4.114,41
3.3.90.30	Material de Consumo	Custeio	-	-	-
3.3.90.36	Outros Serv.de Terceiros - PF	Custeio	-	-	-
3.3.90.39	Outros Serv.de Terceiros - PJ	Custeio	-	-	-
3.3.90.46	Auxílio-Alimentação	Custeio	-	-	-
3.3.90.49	Auxílio Transporte	Custeio	-	-	-
3.3.50.41	Contribuições	Custeio	R\$ 17.207.551,05	R\$ 3.306.688,95	R\$ 20. 514.240,00

A despesa alocada no elemento 3.3.50.41- Contribuições, financiará as ações a serem executadas pelas OSC's contratadas e deverão cumprir os seguintes percentuais:

- Uniformes (camisas) - Até 8%
- Material didático - Até 8%
- Transporte dos Educandos - Até 25%
- Lanche para os Educandos - Até 18%
- Equipamento de Proteção Individual - Até 2%
- Pessoal - Até 45%
- Material de Consumo - Até 2%

VALOR TOTAL DO PLANO DE AÇÃO	VALOR TOTAL DE CUSTEIO	VALOR TOTAL DE INVESTIMENTO
R\$ 20.553.681,22	R\$ 20.553.681,22	R\$ 0,00
SALDO DISPONÍVEL	R\$ 20.553.681,22	R\$ 0,00

REFERÊNCIAS

BGIMO. Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgimo/login.php>, e consolidados pela COINSD.

BGSD. Base de Gestão do Seguro Desemprego. Informações de Seguro-Desemprego. Disponível em: https://dados.mte.gov.br/ibi_apps/bip/portal/bgsd e consolidados pela COINSD.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged?view=default> e <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>.

DIEESE. Observatório do Trabalho do Estado da Bahia. Análise Ocupacional no Território Baiano: Subsídio técnico para o Plano de Ações e Serviços dos Programas de Qualificação Social e Profissional no Estado Bahia. DIEESE. Nov. 2020.

PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Disponível em: www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_jul18.pdf

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: http://ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default_comentarios_sinteticos.shtm

SEBRAE. O Impacto da pandemia de corona vírus nos Pequenos Negócios. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Impacto-do-coronav%C3%ADrus-nas-MPE-2%C2%AAedicao_geral-v4-1.pdf

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Perfil dos Territórios de Identidade. Bahia. Salvador: SEI, 2016.

_____. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Indicadores Territoriais. Salvador: SEI, 2019.